

01. Os prazos conferidos pela CLT ao Executante de Mandados para realização dos atos decorrentes da execução e para realização da avaliação, são, respectivamente, de

- (A) 9 (nove) e 15 (quinze) dias.
- (B) 5 (cinco) e 7 (sete) dias.
- (C) 9 (nove) e 10 (dez) dias.
- (D) 9 (nove) e 5 (cinco) dias.
- (E) 10 (dez) e 9 (nove) dias.

02. Na direção do processo, os Juízes e os Tribunais do Trabalho

- (A) deverão, obrigatoriamente, aplicar as Súmulas de Jurisprudência e Orientações Normativas do Tribunal Superior do Trabalho, velando pelo rápido andamento das causas.
- (B) terão ampla liberdade, podendo determinar, apenas, as diligências previamente requeridas pelas partes.
- (C) terão ampla liberdade, porém, deverão ouvir, previamente, o Ministério Público do Trabalho, quando se tratar de determinar diligência não requerida pelas partes.
- (D) terão ampla liberdade, podendo determinar quaisquer diligências que entenderem necessárias.
- (E) deverão, em qualquer hipótese, homologar acordo que ponha termo ao processo, velando pelo rápido andamento das causas.

03. Terão preferência as reclamações trabalhistas

- (A) cujo objeto for o pagamento de salários e as que decorrerem da falência do empregador.
- (B) cujo objeto forem as condições de trabalho e a aquelas em que for parte o menor.
- (C) em que se pretender o reconhecimento do vínculo de emprego e aquelas em que for parte o menor.
- (D) em que se pretender o reconhecimento da estabilidade do empregado.
- (E) em que for parte o menor ou o analfabeto.

04. É competente para conhecer e julgar reclamação trabalhista ajuizada por empregado, que tem domicílio em Caruaru e foi contratado em Recife, tendo prestado serviços em Cabo de Santo Agostinho para instituição bancária, cuja matriz está situada em São Paulo, a Vara do Trabalho de

- (A) Cabo de Santo Agostinho ou Caruaru.
- (B) Cabo de Santo Agostinho ou São Paulo.
- (C) Recife, apenas.
- (D) Recife ou São Paulo.
- (E) Cabo de Santo Agostinho, apenas.

05. Ao contestar uma reclamação trabalhista em que o reclamante postula verbas rescisórias decorrentes da despedida injusta, a empresa alegou justa causa para a rescisão do contrato de trabalho. Nesse caso, o ônus da prova incumbe

- (A) ao empregador, por se tratar de fato extintivo do direito do autor.
- (B) ao empregador, por se tratar de fato impeditivo do direito do autor.
- (C) ao empregador, por se tratar de fato modificativo do direito do autor.
- (D) ao empregado, por se tratar de fato constitutivo do seu direito.
- (E) à parte a quem o juiz atribuir o encargo.

06. Detém a competência para a execução de título executivo extrajudicial:

- (A) o juiz que teria competência para conhecer do litígio.
- (B) o Presidente do Tribunal.
- (C) as Turmas do Tribunal.
- (D) a Seção Especializada em Dissídios Individuais.

(E) o juiz auxiliar das execuções.

07. Recebido o mandado de citação, o executado tem o prazo de

- (A) 5 (cinco) dias para garantir a execução.
- (B) 48 (quarenta e oito) horas para apresentar embargos à execução.
- (C) 72 (setenta e duas) horas para garantir a execução ou 5 (cinco) dias para pagar o débito.
- (D) 48 (quarenta e oito) horas para pagar o débito ou garantir a execução.
- (E) 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução.

08. Os bens penhorados serão vendidos em leilão

- (A) mediante pedido do exeqüente, deferido pelo Juiz da execução.
- (B) no prazo de 10 (dez) dias depois de realizada a avaliação.
- (C) se a praça resultar negativa e o exeqüente não tiver requerido a adjudicação.
- (D) quando o arrematante deixar de garantir o lance com sinal correspondente a 20% do valor da arrematação.
- (E) sendo defeso ao exeqüente requerer sua adjudicação.

09. Contra Acórdão proferido em Agravo de Petição por uma das Turmas do Tribunal, com ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, o recurso cabível é o

- (A) de apelação.
- (B) de revista.
- (C) ordinário.
- (D) agravo regimental.
- (E) agravo de instrumento.

10. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 893 da CLT, "os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva". Este dispositivo consagra o princípio

- (A) do devido processo legal.
- (B) do *jus postulandi*.
- (C) do *jus variandi*.
- (D) da proteção ao hipossuficiente.
- (E) da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

11. Sendo o trabalho noturno mais penoso ao trabalhador, merece proteção especial consistente em

- (A) cômputo da hora noturna reduzida (52 minutos e 30 segundos) e remuneração acrescida de 20% sobre a hora diurna.
- (B) repouso obrigatório de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) minutos trabalhados.
- (C) proibição do trabalho extraordinário e remuneração acrescida de 50% sobre a hora diurna.
- (D) jornada limitada a 6 (seis) horas diárias.
- (E) período mínimo de 15 (quinze) horas de descanso entre uma jornada e outra.

12. O empregado contratado sob a modalidade do regime de tempo parcial, que trabalha 18 (dezoito) horas por semana, tem direito a férias de

- (A) 12 (doze) dias.
- (B) 14 (quatorze) dias.
- (C) 16 (dezesesseis) dias.
- (D) 24 (vinte e quatro) dias.
- (E) 30 (trinta) dias.

13. O contrato de trabalho por prazo determinado  
(A) exige o empregador do pagamento de indenização quando a rescisão ocorrer antes de expirado o termo ajustado.  
(B) pode ser estipulado por mais de 24 (vinte e quatro) meses, se o seu objeto depender de certos acontecimentos.  
(C) que for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.  
(D) na modalidade de contrato de experiência pode ser estipulado por, no máximo, três períodos de 30 (trinta) dias cada um.  
(E) é lícito, qualquer que seja a sua finalidade.

14. É permitido ao empregador efetuar descontos nos salários dos empregados, desde que tais descontos decorram de  
(A) necessidade de redução dos custos, havendo autorização expressa do empregado.  
(B) pagamento de seguros de vida e acidentes pessoais.  
(C) fornecimento de cesta básica e seguro saúde.  
(D) previsão expressa no contrato individual de trabalho.  
(E) adiantamentos, previsão legal ou cláusula estabelecida em contrato coletivo.

15. Em caso de nascimento de filho, o empregado terá direito a licença-paternidade de  
(A) 1 (um) dia, no decorrer da primeira semana.  
(B) 5 (cinco) dias.  
(C) 1 (um) dia, no dia do nascimento.  
(D) 5 (cinco) dias úteis.  
(E) 5 (cinco) dias, devendo comprovar ter realizado o registro civil da criança.

16. Decorridos 10 (dez) dias da apresentação de demanda à Comissão de Conciliação Prévia sem que tenha sido realizada sessão de tentativa de conciliação,  
(A) o empregado deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, reapresentar a demanda.  
(B) será lavrado termo de conciliação com natureza de título executivo extrajudicial.  
(C) a conciliação será realizada pela Delegacia Regional do Trabalho.  
(D) será fornecida ao empregado e ao empregador declaração firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à reclamação trabalhista.  
(E) as partes deverão requerer ao Ministério Público do Trabalho que represente junto à Justiça do Trabalho.

17. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação ao contrato individual de trabalho por prazo determinado, é correto afirmar que  
(A) em regra, é permitido fazer novo contrato de trabalho por prazo determinado com o mesmo empregado após três meses da conclusão do pacto anterior.  
(B) o contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.  
(C) o contrato de experiência poderá ser celebrado por escrito ou verbalmente pelo prazo máximo de 60 dias.  
(D) o contrato de trabalho por prazo determinado que tratar de atividades empresariais de caráter transitório, poderá ser estipulado por 3 anos.  
(E) em regra, 20 dias antes a extinção do contrato por prazo determinado, o empregador dará aviso prévio ao empregado.

18. Considere as seguintes assertivas a respeito da Remuneração:  
I. Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagens que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado.

II. Como regra, a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde pelo empregador, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais.

III. Para todos os efeitos legais, as gorjetas não estão compreendidas na remuneração do empregado, uma vez que não se tratam de contraprestação de serviços.  
De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto APENAS o que se afirma em:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

19. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei, fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir

- (A) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.
- (B) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.
- (C) da data da eleição ao cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.
- (D) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.
- (E) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.

20. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o aviso prévio

- (A) fornecido pelo empregador, possibilitará que o empregado falte ao serviço, durante o prazo do aviso, por 10 dias corridos, sem o prejuízo do salário integral.
- (B) indenizado será integrado pelo valor das horas extraordinárias efetuadas pelo empregado, ainda que realizadas em caráter eventual.
- (C) não concedido por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar das verbas rescisórias um salário mínimo vigente a época, a título de sanção pecuniária.
- (D) fornecido pelo empregador, possibilitará a redução do horário de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, em três horas diárias, sem o prejuízo do salário integral.
- (E) não concedido por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.

21. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança a partir de um ano até 4 anos de idade, será concedido o período de licença maternidade de

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 90 dias.
- (E) 120 dias.

22. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às Comissões de Conciliação Prévia é correto afirmar que

(A) o mandato dos membros da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa é de 2 anos, permitida duas reconduções.

(B) a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.

(C) o termo de conciliação não é título executivo extrajudicial, mas terá eficácia liberatória geral, inclusive quanto às parcelas expressamente ressaltadas.

(D) um terço dos membros da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será indicada pelos empregados.

(E) a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa terá como representantes suplentes o dobro do número de representantes titulares.

23. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalho noturno

(A) terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 15%, pelo menos, sobre a hora diurna.

(B) será aquele realizado, pelos empregados urbanos, entre às 21 horas de um dia e às 4 horas do dia seguinte.

(C) terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 10%, pelo menos, sobre a hora diurna.

(D) terá a sua hora reduzida, que será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

(E) será aquele realizado, pelos empregados urbanos, entre às 24 horas de um dia e às 6 horas do dia seguinte.

24. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos atos, termos e prazos processuais é correto afirmar que

(A) os prazos processuais são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, serem prorrogados.

(B) os prazos processuais contam-se com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.

(C) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz.

(D) em regra, os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados em qualquer momento, independentemente de ter ocorrido o encerramento do processo.

(E) os atos e termos processuais poderão ser datilografados ou a carimbo, sendo vedado o ato processual escrito a tinta.

25. Considere as seguintes assertivas a respeito das Exceções no Processo do Trabalho:

I. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por cinco dias improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

II. O parentesco por consangüinidade ou afinidade até o quarto grau civil do juiz com relação à pessoa dos litigantes é causa de suspeição do juízo, que poderá ser oposta através de exceção.

III. Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente as exceções de suspeição ou incompetência acarretam a suspensão do feito.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto APENAS o que se afirma em:

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) III.

26. Contra o despacho que denegar seguimento ao recurso ordinário caberá

(A) Agravo de Instrumento, no prazo de 8 dias.

(B) Agravo de petição, no prazo de 8 dias.

(C) Agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.

(D) Agravo de petição, no prazo de 10 dias.

(E) Recurso de Revista, no prazo de 8 dias.

27. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o Procedimento Sumaríssimo

(A) poderá ser aplicado nas demandas em que é parte a Administração Pública autárquica e fundacional.

(B) será aplicado nos dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

(C) será aplicado nos dissídios individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.

(D) terá todas as provas produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

(E) permite às partes arrolarem até no máximo 3 testemunhas cada, as quais comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

28. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação as provas, é correto afirmar que

(A) cada uma das partes poderá indicar até 4 testemunhas, inclusive quando se tratar de inquérito.

(B) o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz.

(C) a testemunha que for parente até o quarto grau civil de qualquer das partes, não prestará compromisso e seu depoimento valerá como simples informação.

(D) o depoimento de uma testemunha poderá ser ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

(E) em regra, as testemunhas comparecerão a audiência mediante expressa e comprovada notificação ou intimação.

29. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nos dissídios individuais e coletivos do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento

(A) deverão ser pagas pelo Ministério Público do Trabalho, que não goza da isenção legal fornecida a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios.

(B) caberão à parte reclamada, pessoa física ou jurídica, sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado.

(C) incidirão, quando houver acordo, à base de 1% sobre o respectivo valor, observado o mínimo legal.

(D) incidirão, quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito, à base de 1% sobre o valor da causa, observado o mínimo legal.

(E) no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva serão calculadas sobre o valor da causa.

30. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos Embargos à Execução e sua impugnação é correto afirmar que

(A) nos Embargos à Execução não haverá audiência de instrução e julgamento para a produção das provas, por expressa vedação legal.

(B) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

(C) a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

(D) julgar-se-ão em sentenças separadas, os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

(E) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

31. João e Maria residem com a família na sede de uma grande fazenda de sua propriedade situada na zona rural e estão sendo executados por dívida bancária contraída em nome de ambos. Nesse caso, a impenhorabilidade prevista pela Lei no 8.009, de 29.03.90

(A) restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis quitados.

(B) incluirá toda a propriedade, exceto as terras produtivas e as benfeitorias.

(C) incluirá somente a parte improdutiva das terras, não alcançando as produtivas, por tratar-se de imóvel rural.

(D) alcançará a metade das terras, sejam ou não produtivas, por tratar-se de imóvel rural.

(E) alcançará toda a propriedade, incluindo a sede e os respectivos bens móveis, as terras, as benfeitorias, por tratar-se de imóvel rural.

32. Em relação à Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

(A) compete-lhe processar e julgar, dentre outras ações, os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

(B) compete-lhe decidir o dissídio coletivo ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público.

(C) os Tribunais Regionais do Trabalho, compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.

(D) a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas abrangidas ou não por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça.

(E) recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

33. Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, previsto na Constituição Federal:

(A) repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.

(B) adicional de remuneração para as atividades insalubres ou perigosas, excetuadas as penosas, na forma da lei.

(C) seguro-desemprego, em caso de pedido de dispensa ou desemprego involuntário.

(D) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

(E) jornada suplementar com adicional mínimo de 25%.

34. O prazo prescricional do direito de reclamar o pagamento de férias não concedidas, para um empregado admitido em 02/01/2004, referente ao período aquisitivo de 2005/2006, tem início em

(A) 02 de janeiro de 2005.

(B) 31 de dezembro de 2005.

(C) 02 de janeiro de 2006.

(D) 31 de dezembro de 2006.

(E) 02 de janeiro de 2007.

35. A irredutibilidade salarial

(A) pode ser determinada em sentença normativa.

(B) geralmente é assegurada, salvo expressa previsão legal em sentido contrário.

(C) é sempre assegurada, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

(D) pode ser estabelecida em contrato individual de trabalho.

(E) depende de fixação em lei complementar.

36. Considere as afirmações abaixo:

I. Não é válido o contrato de trabalho por prazo determinado, quando se tratar de atividades empresariais de caráter transitório.

II. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

III. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de doze meses, a outro contrato por prazo determinado, ainda que o término deste último tenha decorrido da realização de acontecimento certo.

IV. O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado por mais duas vezes, passará a vigorar sem determinação de prazo.

É correto APENAS o que consta em

(A) I.

(B) II.

(C) I e III.

(D) III e IV.

(E) II e IV.

37. Tratando-se de empregado analfabeto, o pagamento realizado no ato da homologação da rescisão de seu contrato de trabalho somente poderá ser feito

(A) na presença de representante do Ministério Público do Trabalho.

(B) na Delegacia Regional do Trabalho.

(C) mediante depósito bancário.

(D) em cheque administrativo.

(E) em dinheiro.

38. Ocorrendo de um grupo de empregados ocupar uma fábrica, no curso de uma greve, como meio de pressionar o empregador para obter o acolhimento de reivindicações trabalhistas, a empresa poderá ajuizar perante a Justiça do Trabalho ação

(A) de reintegração de posse.

(B) rescisória.

(C) de despejo.

(D) de responsabilidade por dano à coletividade.

(E) civil pública.

39. Considere as afirmativas abaixo:

I. Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

II. O juiz ou presidente do Tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado, a fim de que cumpra a decisão ou acordo no prazo, pelo modo e sob

as cominações estabelecidas, ou, em se tratando de pagamento em dinheiro, incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em vinte e quatro horas, sob pena de penhora.

III. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á a sua liquidação, que se fará, exclusivamente, por cálculo.

IV. É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.

É correto APENAS o que consta em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

40. Com relação ao procedimento sumaríssimo, é correto afirmar que

- (A) exige pedido certo e determinado, admitindo, todavia, a citação por edital quando o paradeiro do réu for desconhecido.
- (B) não se aplica às ações em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (C) se aplica aos dissídios individuais e coletivos, cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento.
- (D) dispensa a tentativa de conciliação, em prol da celeridade processual.
- (E) havendo necessidade de prova pericial, as partes não poderão indicar assistente técnico e terão o prazo de 10 dias, sucessivos, para se manifestar sobre o laudo.

41. Admite-se Recurso de Revista, no procedimento sumaríssimo, por

- (A) violação direta da Constituição Federal e divergência de interpretação de dispositivo de lei federal.
- (B) violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
- (C) contrariedade à súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição Federal.
- (D) divergência de interpretação de dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória.
- (E) contrariedade à súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou divergência de interpretação de regulamento empresarial de observância obrigatória.

42. Na falta de regulamentação específica, aplica-se ao processo do trabalho de conhecimento e execução, respectivamente

- (A) o Código de Processo Civil e a Lei de Execuções Fiscais.
- (B) o Código de Processo Civil e a Lei de Falências.
- (C) o Código de Processo Civil e o Código do Consumidor.
- (D) o Código do Consumidor e a Lei de Execuções Fiscais.
- (E) a Lei de Falências e o Código do Consumidor.

43. Considere as assertivas a respeito da equiparação salarial.

I. O quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta aprovado por ato administrativo da autoridade competente só é válido quando homologado pelo Ministério do Trabalho.

II. Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.

III. A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as

mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.

IV. Para efeitos de equiparação, em qualquer hipótese, é imprescindível que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

44. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho o empregado

- (A) terá direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (B) não terá direito a qualquer verba rescisória por ter contribuído para a rescisão de seu contrato de trabalho.
- (C) terá direito a 50% do valor do aviso prévio e a integralidade do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (D) terá direito a integralidade do valor do aviso prévio e a 50% do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- (E) terá direito a integralidade do décimo terceiro salário e das férias proporcionais, apenas.

45. Com relação a estabilidade da empregada gestante é certo que

- (A) equipara-se a empregada gestante a mãe adotiva que possui garantia de emprego pelo prazo de três meses após a formalização da adoção.
- (B) a garantia de emprego à gestante autoriza a reintegração ao trabalho a qualquer momento, tratando-se de direito inerente à estabilidade existente.
- (C) é vedada, em regra, a dispensa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
- (D) a norma coletiva não poderá estender a garantia de emprego à gestante por expressa vedação legal, tratando-se de norma constitucional que deverá ser respeitada.
- (E) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

46. Maria trabalha na empresa Tato realizando serviço suplementar com habitualidade há 1 ano e quatro meses. Seu empregador pretende suprimir as horas extras prestadas por Maria. Neste caso,

- (A) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 2 meses das horas suprimidas.
- (B) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao valor de 1 mês das horas suprimidas.
- (C) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente ao último salário recebido.
- (D) não será assegurado a Maria qualquer valor a título de indenização, uma vez que a supressão de horas extras é benéfica ao trabalhador.
- (E) será assegurado a Maria o direito à indenização correspondente a 50% do último salário recebido.

47. As duas horas em que o empregado urbano sai mais cedo para procurar novo emprego durante o aviso prévio e o repouso semanal remunerado são hipóteses de

- (A) suspensão e interrupção do contrato de trabalho, respectivamente.
- (B) suspensão do contrato de trabalho.
- (C) interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.

(D) interrupção do contrato de trabalho.  
(E) rescisão e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.

48. Com relação às Comissões de Conciliação Prévia, de acordo com a Lei no 9.958/2000 é correto afirmar:

(A) As Comissões de Conciliação Prévia instituídas no âmbito do sindicato terão sua constituição e normas de funcionamento definidas em lei ordinária específica para cada Comissão.

(B) As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo improrrogável de 90 dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

(C) A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.

(D) Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de Empresa e Comissão Sindical, o interessado obrigatoriamente deverá submeter a sua demanda na Comissão Sindical.

(E) Em regra, o termo de conciliação das Comissões de Conciliação Prévia não é título executivo extrajudicial. não possuindo eficácia liberatória geral, por expressa determinação legal.

49. Segundo entendimento sumulado do TST, a gratificação semestral

(A) não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados, mas repercute, pelo seu duodécimo, na indenização por antigüidade e na gratificação natalina.

(B) não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, exceto se indenizados, mas repercute, pelo seu duodécimo, na indenização por antigüidade e na gratificação natalina.

(C) não repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, exceto se indenizados, bem como na indenização por antigüidade.

(D) não repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, ainda que indenizados, bem como na indenização por antigüidade.

(E) repercute no cálculo das horas extras, das férias, do aviso prévio e na gratificação natalina, ainda que indenizados, bem como na indenização por antigüidade.

50. Considere as seguintes assertivas a respeito do direito de greve:

I. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 24 horas, da paralisação.

II. As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas poderão impedir o acesso ao trabalho, mas não poderão causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

III. Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

IV. Na greve, em serviços essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 horas de paralisação.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I e IV.

(D) II, III e IV.

(E) III e IV.

51. Além do pagamento em dinheiro compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, as prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em regra, tem caráter salarial

(A) a previdência privada.

(B) o seguro de vida e acidentes pessoal.

(C) o vale refeição fornecido por força do contrato.

(D) a assistência médica prestada mediante segurosaúde.

(E) a assistência odontológica prestada diretamente.

52. Mário laborava há 5 anos na empresa Dida no período noturno, recebendo o respectivo adicional, quando foi transferido pelo seu empregador para o período diurno de trabalho. Neste caso a transferência para o período diurno de Trabalho

(A) não implicará na perda do direito ao adicional noturno, uma vez que tal adicional já se encontrava incorporado na remuneração do empregado.

(B) implicará em redução de 20% do respectivo adicional noturno, acrescido do pagamento de indenização correspondente a um salário mínimo vigente.

(C) implicará em redução de 50% do respectivo adicional noturno.

(D) não implicará na perda do direito ao adicional noturno uma vez que a transferência de Mário ocorreu a sua revelia.

(E) implicará na perda do direito ao adicional noturno.

53. O adicional de insalubridade integrará a remuneração do empregado para o cálculo

(A) das férias, 13o salário, aviso prévio e FGTS, independentemente de ser pago com habitualidade.

(B) das férias, 13o salário, aviso prévio e FGTS, desde que pagos com habitualidade.

(C) das férias, 13o salário, aviso prévio e DSR'S, independentemente de ser pago com habitualidade.

(D) das férias, 13o salário, aviso prévio e DSR'S, desde que pagos com habitualidade.

(E) apenas do 13o salário e do aviso prévio, desde que pagos com habitualidade.

54. Considere as seguintes assertivas a respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:

I. O FGTS será regido segundo as determinações do Conselho Curador, integrado por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e órgão e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

II. O FGTS incidirá sobre a ajuda de custo, comissões, gorjetas, gratificações e nas diárias de viagem que não excedam 50% do salário.

III. Em regra, são contribuintes do FGTS o empregador seja pessoa física ou jurídica, de direito privado ou público, da administração direta, indireta ou fundacional que admitir trabalhadores regidos pela CLT a seu serviço.

IV. Integra a base de cálculo para incidência dos depósitos do FGTS o vale transporte fornecido pelo empregador, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I e II.

(B) I, II e III.

(C) I e III.

(D) II, III e IV.

(E) II e IV.

55. Considere as seguintes assertivas a respeito dos atos e prazos processuais:

I. A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz.

II. Tratando-se de notificação postal, no caso de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 5 dias, ao Tribunal de origem.

III. Em regra, os prazos processuais são contínuos e irrelevantes, correndo ininterruptamente.

IV. Os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, sendo que os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho é correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.

(B) I, III e IV.

(C) I e II.

(D) I, II e IV.

(E) II, III e IV.

56. Nos dissídios individuais, quando ocorrer a extinção do processo sem julgamento do mérito

(A) haverá isenção do pagamento de custas em razão da não apreciação do mérito da demanda.

(B) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% e serão calculadas sobre o valor da causa.

(C) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas sobre o valor da causa.

(D) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% e serão calculadas sobre o valor estimado da condenação da demanda.

(E) as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% e serão calculadas sobre o valor fixado pelo juiz, respeitando o mínimo legal.

57. De acordo com provimento 01/2006 do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, considera-se com pendências o arquivamento

(A) de processo sem movimentação processual por mais de 01 ano, em virtude de impossibilidade de execução da sentença por ausência de indicação de bens para sua garantia.

(B) de processo sem movimentação processual por mais de 01 ano, em virtude de impossibilidade de liquidação da sentença por ausência de interesse da parte autora.

(C) de processo sem movimentação processual por mais de 02 anos, em virtude de impossibilidade de execução da sentença por ausência de nomeação de bens para sua garantia.

(D) dos autos que retornarem do arquivamento provisório após um ano e intimada a parte interessada esta não se manifestar requerendo prosseguimento do feito.

(E) de processo sem movimentação processual por mais de 2 anos, em virtude de pendência que impossibilite o arquivamento definitivo, inclusive na hipótese de estar o feito dependendo da solução de outro processo.

58. De acordo com o Provimento 01/2006, com alteração do provimento 02/2007 do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, na hipótese de o Juiz imprimir efeito modificativo à sentença de liquidação de cálculos embargada,

(A) será obrigatoriamente aberto vista dos autos as partes para que apresentem novos cálculos no prazo sucessivo de 15 dias.

(B) os autos serão encaminhados à Contadoria, a fim de que, no prazo de cinco dias, proceda à devida adequação dos cálculos.

(C) será obrigatoriamente aberto vista dos autos as partes para que apresentem novos cálculos no prazo sucessivo de 5 dias.

(D) os autos serão encaminhados à Contadoria, a fim de que, no prazo de dois dias, proceda à devida adequação dos cálculos.

(E) os autos serão encaminhados à Contadoria, a fim de que, no prazo de dez dias, proceda à devida adequação dos cálculos.

59. No recurso ordinário, o efeito devolutivo em profundidade, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença,

(A) desde que renovado em contra-razões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.

(B) ainda que não renovado em contra-razões, não se aplicando, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.

(C) ainda que não renovado em contra-razões, aplicando-se, inclusive, ao caso de pedido não apreciado na sentença.

(D) desde que renovado em contra-razões e apreciado na sentença, bastando a apreciação na fundamentação.

(E) desde que renovado em contra-razões, apreciado na sentença com manifestação expressa no relatório e na fundamentação.

60. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Embargos:

I. Não cabem Embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma que não conhece de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos.

II. No Tribunal Superior do Trabalho, em regra, cabem Embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si.

III. Cabem Embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo que vise impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.

IV. Incabível Embargo para reexame de fatos e provas.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II e IV.

(B) I, II e III.

(C) III e IV.

(D) II, III e IV.

(E) I, II e IV.

61. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até

(A) a data do ingresso na execução.

(B) seis meses após o trânsito em julgado da sentença.

(C) a data do ajuizamento da reclamação trabalhista.

(D) a data do trânsito em julgado da sentença.

(E) a data da publicação da sentença de primeiro grau ou da data da publicação de acórdão, se concessivo.

62. Na execução da sentença proferida na reclamação trabalhista X, João arrematou um apartamento na cidade de Santos-SP. Para garantir o lance, João deu sinal correspondente a 20% do seu valor. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, João deverá pagar o preço da arrematação dentro de

(A) cinco dias, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.

(B) quarenta e oito horas, sob pena de perder, em benefício da execução, metade do sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.

(C) vinte e quatro horas, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.

(D) dez dias, sob pena de perder, em benefício da execução, metade do sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.

(E) trinta dias, sob pena de perder, em benefício da execução, todo o sinal, voltando à praça o imóvel arrematado.

#### 63. Os Embargos

(A) à execução terão sua oposição condicionada à garantia prévia do juízo.

(B) de terceiro possuem natureza jurídica de ação incidental, devendo ser utilizados obrigatoriamente no processo de execução.

(C) de terceiro devem ser opostos em até dez dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

(D) de terceiro podem ser contestados no prazo de quinze dias, podendo o juiz, se achar necessário, realizar audiência de instrução.

(E) à execução permitem a discussão de matéria ampla, com alegações irrestritas, desde que juridicamente possíveis, tendo em vista a observância do princípio da ampla defesa.

#### 64. Em regra, tratando-se de ação rescisória,

(A) se ocorrer revelia nesta ação, reputarão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, produzindo-se a confissão.

(B) se a decisão rescindenda é homologatória de acordo, é possível a sua desconstituição calcada no dolo processual, ou seja, no dolo da parte vencedora em detrimento da vencida.

(C) a parte que propuser a referida ação deverá efetuar, como pressuposto para a sua propositura, o depósito de 30% do valor da causa, a título de multa.

(D) é cabível tal ação para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação, desde que presentes os requisitos essenciais previstos no Código de Processo Civil.

(E) não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.

#### 65. Considere as seguintes assertivas a respeito da revisão da sentença normativa:

I. A revisão de sentença normativa poderá ser promovida por iniciativa do Tribunal prolator, do Ministério Público do Trabalho, dos sindicatos ou de empregador ou empregadores interessados no cumprimento da decisão.

II. Decorrido mais de seis meses de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando tiverem sido modificadas as circunstâncias que as ditaram.

III. No pedido de revisão não é possível o acréscimo de novas condições de trabalho que não foram objeto do dissídio originário.

IV. A revisão será julgada pelo tribunal que tiver proferido a decisão, depois de ouvido o Ministério Público do Trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

(A) III e IV.

(B) I, II e III.

(C) I e III.

(D) I, III e IV.

(E) I, II e IV.

66. De acordo com o artigo 820 da Consolidação das Leis do Trabalho: "as partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados"

e de acordo com o artigo 342 do Código de Processo Civil: "o juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa". Nestes artigos, está presente, especificamente o princípio

(A) da instrumentalidade ou finalidade.

(B) da imparcialidade do juiz.

(C) do devido processo legal.

(D) da normatização coletiva.

(E) da imediatidade ou imediação.

67. Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara do Trabalho ou Juízo de Direito, dentro de

(A) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.

(B) trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

(C) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

(D) sessenta dias, contados da data da suspensão do empregado, cabendo a cada parte apresentar até três testemunhas.

(E) noventa dias, contados da data da prática da falta grave pelo empregado estável, cabendo a cada parte apresentar até seis testemunhas.

68. Na reclamação trabalhista X, a autarquia municipal Flor foi vencida e condenada em primeira instância ao pagamento do valor líquido de R\$ 70.000,00. Na reclamação trabalhista Y, a fundação pública federal Terra, que não explora atividade econômica, também foi vencida e condenada em primeira instância ao pagamento do valor líquido de R\$ 90.000,00. Nestes casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) somente a autarquia municipal Flor é isenta do pagamento de custas, devendo a fundação pública federal Terra depositar R\$ 900,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.

(B) somente a autarquia municipal Flor é isenta do pagamento de custas, devendo a fundação pública federal Terra depositar R\$ 1.800,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário. (C) somente a fundação pública federal Terra é isenta do pagamento de custas, devendo a autarquia municipal

Flor depositar R\$ 1.400,00, a título de custas, para interposição de recurso ordinário.

(D) tanto a autarquia municipal Flor como a fundação pública federal Terra são isentas do pagamento de custas.

(E) não há isenção de custas, devendo a autarquia municipal Flor depositar R\$ 1.400,00 e a fundação pública federal Terra depositar R\$ 1.800,00, a título de custas, para interposição dos respectivos recursos ordinários.

69. Empregado que trabalha durante o período de aviso prévio sem a redução de jornada de trabalho prevista na legislação terá direito ao pagamento de

(A) novo aviso prévio com caráter salarial, com todas as repercussões específicas, exceto a projeção no contrato de trabalho deste novo período, possuindo caráter salarial.

(B) novo aviso prévio com caráter indenizatório, com todas as repercussões específicas, incluindo a projeção no contrato de trabalho deste novo período.

(C) novo aviso prévio com caráter indenizatório, porém sem as repercussões específicas, ocorrendo apenas novo pagamento correspondente aos trinta dias.

(D) uma indenização correspondente ao valor em dobro do aviso prévio fornecido e não cumprido regularmente, possuindo nítido caráter indenizatório.

(E) uma indenização correspondente ao valor do aviso prévio fornecido e não cumprido regularmente, acrescido de cinquenta por cento do seu valor, possuindo nítido caráter indenizatório.

70. Joana está gozando regularmente de suas férias. João não está trabalhando neste domingo tendo em vista que laborou regularmente nos demais dias da semana. Vitório está ausente de seus serviços em razão do nascimento de seu filho. Moisés foi eleito para o cargo de diretor não permanecendo a subordinação jurídica inerente à relação de emprego e Jair está afastado de seu emprego para exercer cargo público não obrigatório. Nestes casos, consideram-se suspensos APENAS os contratos de trabalho de

(A) Joana, Moisés e Jair.

(B) Joana, João e Vitório.

(C) Joana e Moisés.

(D) Moisés e Jair.

(E) Vitório e Jair.

71. Considere as seguintes assertivas a respeito das atividades insalubres:

I. A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, é ilegal e não deve ser respeitada, inclusive se pactuada em acordos ou convenções coletivas.

II. Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres.

III. O trabalho executado em condições insalubres em caráter intermitente não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

IV. O adicional de insalubridade, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é devido de acordo com os graus de insalubridade máximo, médio ou mínimo, nas porcentagens de 30%, 20% e 10%, respectivamente.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.

(B) II e III.

(C) II, III e IV.

(D) I e IV.

(E) I e II.

72. João celebrou contrato de experiência de 60 dias com a empresa SOL sem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão. Durante o referido contrato, João, insatisfeito com suas tarefas diárias, requereu a rescisão antecipada deste contrato. Neste caso, considerando que não há justa causa presente na rescisão, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, João

(A) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados a 80% da remuneração que João teria direito até o término do contrato.

(B) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados à remuneração total a que João teria direito até o término do contrato.

(C) não terá que indenizar a empresa SOL, tendo em vista que a rescisão antecipada a requerimento do empregado é permitida pela legislação competente.

(D) será obrigado a indenizar a empresa SOL no montante fixo e estipulado pela Consolidação das Leis do Trabalho de três salários mínimos vigentes na data da rescisão.

(E) será obrigado a indenizar a empresa SOL dos prejuízos decorrentes desta rescisão, limitados à metade da remuneração a que João teria direito até o término do contrato.

73. À Caixa Econômica Federal caberá, na qualidade de agente operador, dentre outras obrigações,

(A) elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico, a serem financiados com recursos do FGTS.

(B) praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do FGTS, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador.

(C) submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS.

(D) subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

(E) expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador.

74. Considere as seguintes assertivas a respeito da estabilidade provisória do dirigente sindical:

I. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

II. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, a estabilidade do respectivo dirigente sindical subsistirá em razão da proteção garantida pela legislação.

III. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.

IV. Em regra, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do momento de sua candidatura a cargo de direção até um ano após o final de seu mandato, se eleito, inclusive, como suplente.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I e II.

(C) I, III e IV.

(D) I e IV.

(E) III e IV.

75. Adailson é empregado da empresa Brasil e trabalha regularmente em regime de tempo parcial. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a

(A) vinte e duas horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.

(B) vinte e cinco horas semanais, podendo o empregado sob este regime prestar horas extras.

(C) quinze horas semanais, devendo o salário de Adailson ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

(D) quinze horas semanais, sendo vedado ao empregado sob este regime prestar horas extras.

(E) vinte e cinco horas semanais, devendo o salário de Adailson ser proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

76. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, as Comissões de Conciliação Prévia

(A) instituídas no âmbito da empresa terão 1/3 de seus membros indicados pelo empregador, em escrutínio, secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional.

(B) instituídas no âmbito da empresa serão compostas de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

(C) têm prazo de quinze dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado.

(D) devem possuir caráter intersindical, sendo vedada a constituição por grupos de empresas.

(E) são órgãos administrativos cujo objetivo é a tentativa de conciliação entre empregados e empregadores, sendo que o seu termo de conciliação não possui caráter de título executivo extrajudicial.

77. Determinado acordo coletivo previu multa normativa para o descumprimento de obrigação prevista em lei, tratandose de mera repetição de texto legal. Neste caso, a multa normativa

(A) não é aplicável, tendo em vista que está prevista em acordo coletivo e não em convenção coletiva.

(B) não é aplicável, tendo em vista a vedação legal existente.

(C) é aplicável.

(D) não é aplicável, tendo em vista a aplicação do princípio da norma mais favorável.

(E) não é aplicável, tendo em vista a aplicação do Princípio da Proteção.

78. João trabalha na empresa X das 22:00 às 5:00 horas, sendo que, às vezes, estende a sua jornada de trabalho até às 8 horas; não possui qualquer acordo de compensação de horas laboradas. Tendo em vista que João cumpre jornada de trabalho noturna, tem diversos direitos trabalhistas, dentre eles

(A) o pagamento de adicional noturno não inferior a 20% sobre a hora diurna, sendo que este adicional integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

(B) a hora do trabalho noturno reduzida e computada como de 50 minutos e 30 segundos.

(C) o pagamento de adicional noturno não inferior a 30% sobre a hora diurna, sendo que este adicional integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

(D) a hora do trabalho noturno reduzida e computada como de 55 minutos e 15 segundos.

(E) o pagamento de adicional noturno não inferior a 30% sobre a hora diurna, sendo que este adicional não integrará a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

79. Os prazos conferidos pela CLT ao Executante de Mandados para realização dos atos decorrentes da execução e para realização da avaliação, são, respectivamente, de

(A) 9 (nove) e 15 (quinze) dias.

(B) 5 (cinco) e 7 (sete) dias.

(C) 9 (nove) e 10 (dez) dias.

(D) 9 (nove) e 5 (cinco) dias.

(E) 10 (dez) e 9 (nove) dias.

80. Na direção do processo, os Juízes e os Tribunais do Trabalho

(A) deverão, obrigatoriamente, aplicar as Súmulas de Jurisprudência e Orientações Normativas do Tribunal Superior do Trabalho, velando pelo rápido andamento das causas.

(B) terão ampla liberdade, podendo determinar, apenas, as diligências previamente requeridas pelas partes.

(C) terão ampla liberdade, porém, deverão ouvir, previamente, o Ministério Público do Trabalho, quando se tratar de determinar diligência não requerida pelas partes.

(D) terão ampla liberdade, podendo determinar quaisquer diligências que entenderem necessárias.

(E) deverão, em qualquer hipótese, homologar acordo que ponha termo ao processo, velando pelo rápido andamento das causas.

81. Terão preferência as reclamações trabalhistas

(A) cujo objeto for o pagamento de salários e as que decorrerem da falência do empregador.

(B) cujo objeto forem as condições de trabalho e a aquelas em que for parte o menor.

(C) em que se pretender o reconhecimento do vínculo de emprego e aquelas em que for parte o menor.

(D) em que se pretender o reconhecimento da estabilidade do empregado.

(E) em que for parte o menor ou o analfabeto.

82. É competente para conhecer e julgar reclamação trabalhista ajuizada por empregado, que tem domicílio em Caruaru e foi contratado em Recife, tendo prestado serviços em Cabo de Santo Agostinho para instituição bancária, cuja matriz está situada em São Paulo, a Vara do Trabalho de

(A) Cabo de Santo Agostinho ou Caruaru.

(B) Cabo de Santo Agostinho ou São Paulo.

(C) Recife, apenas.

(D) Recife ou São Paulo.

(E) Cabo de Santo Agostinho, apenas.

83. Ao contestar uma reclamação trabalhista em que o reclamante postula verbas rescisórias decorrentes da despedida injusta, a empresa alegou justa causa para a rescisão do contrato de trabalho. Nesse caso, o ônus da prova incumbe

(A) ao empregador, por se tratar de fato extintivo do direito do autor.

(B) ao empregador, por se tratar de fato impeditivo do direito do autor.

(C) ao empregador, por se tratar de fato modificativo do direito do autor.

(D) ao empregado, por se tratar de fato constitutivo do seu direito.

(E) à parte a quem o juiz atribuir o encargo.

84. Detém a competência para a execução de título executivo extrajudicial:

(A) o juiz que teria competência para conhecer do litígio.

(B) o Presidente do Tribunal.

(C) as Turmas do Tribunal.

(D) a Seção Especializada em Dissídios Individuais.

(E) o juiz auxiliar das execuções.

85. Recebido o mandado de citação, o executado tem o prazo de

(A) 5 (cinco) dias para garantir a execução.

(B) 48 (quarenta e oito) horas para apresentar embargos à execução.

(C) 72 (setenta e duas) horas para garantir a execução ou 5 (cinco) dias para pagar o débito.

(D) 48 (quarenta e oito) horas para pagar o débito ou garantir a execução.

(E) 5 (cinco) dias para apresentar embargos à execução.

86. Os bens penhorados serão vendidos em leilão  
(A) mediante pedido do exequente, deferido pelo Juiz da execução.  
(B) no prazo de 10 (dez) dias depois de realizada a avaliação.  
(C) se a praça resultar negativa e o exequente não tiver requerido a adjudicação.  
(D) quando o arrematante deixar de garantir o lance com sinal correspondente a 20% do valor da arrematação.  
(E) sendo desfeito ao exequente requerer sua adjudicação.
87. Contra Acórdão proferido em Agravo de Petição por uma das Turmas do Tribunal, com ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, o recurso cabível é o  
(A) de apelação.  
(B) de revista.  
(C) ordinário.  
(D) agravo regimental.  
(E) agravo de instrumento.
88. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 893 da CLT, "os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva". Este dispositivo consagra o princípio  
(A) do devido processo legal.  
(B) do *jus postulandi*.  
(C) do *jus variandi*.  
(D) da proteção ao hipossuficiente.  
(E) da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.
89. Sendo o trabalho noturno mais penoso ao trabalhador, merece proteção especial consistente em  
(A) cômputo da hora noturna reduzida (52 minutos e 30 segundos) e remuneração acrescida de 20% sobre a hora diurna.  
(B) repouso obrigatório de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) minutos trabalhados.  
(C) proibição do trabalho extraordinário e remuneração acrescida de 50% sobre a hora diurna.  
(D) jornada limitada a 6 (seis) horas diárias.  
(E) período mínimo de 15 (quinze) horas de descanso entre uma jornada e outra.
90. O empregado contratado sob a modalidade do regime de tempo parcial, que trabalha 18 (dezoito) horas por semana, tem direito a férias de  
(A) 12 (doze) dias.  
(B) 14 (quatorze) dias.  
(C) 16 (dezesseis) dias.  
(D) 24 (vinte e quatro) dias.  
(E) 30 (trinta) dias.
91. O contrato de trabalho por prazo determinado  
(A) exige o empregador do pagamento de indenização quando a rescisão ocorrer antes de expirado o termo ajustado.  
(B) pode ser estipulado por mais de 24 (vinte e quatro) meses, se o seu objeto depender de certos acontecimentos.  
(C) que for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.  
(D) na modalidade de contrato de experiência pode ser estipulado por, no máximo, três períodos de 30 (trinta) dias cada um.  
(E) é lícito, qualquer que seja a sua finalidade.
92. É permitido ao empregador efetuar descontos nos salários dos empregados, desde que tais descontos decorram de  
(A) necessidade de redução dos custos, havendo autorização expressa do empregado.  
(B) pagamento de seguros de vida e acidentes pessoais.  
(C) fornecimento de cesta básica e seguro saúde.  
(D) previsão expressa no contrato individual de trabalho.  
(E) adiantamentos, previsão legal ou cláusula estabelecida em contrato coletivo.
93. Em caso de nascimento de filho, o empregado terá direito a licença-paternidade de  
(A) 1 (um) dia, no decorrer da primeira semana.  
(B) 5 (cinco) dias.  
(C) 1 (um) dia, no dia do nascimento.  
(D) 5 (cinco) dias úteis.  
(E) 5 (cinco) dias, devendo comprovar ter realizado o registro civil da criança.
94. Decorridos 10 (dez) dias da apresentação de demanda à Comissão de Conciliação Prévia sem que tenha sido realizada sessão de tentativa de conciliação,  
(A) o empregado deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, reapresentar a demanda.  
(B) será lavrado termo de conciliação com natureza de título executivo extrajudicial.  
(C) a conciliação será realizada pela Delegacia Regional do Trabalho.  
(D) será fornecida ao empregado e ao empregador declaração firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à reclamação trabalhista.  
(E) as partes deverão requerer ao Ministério Público do Trabalho que represente junto à Justiça do Trabalho.
95. Considere para o cálculo do Aviso Prévio as verbas abaixo.  
I. Gratificação semestral.  
II. Gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes.  
III. Adicional de insalubridade.  
IV. Gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço.  
É correto o que se afirma APENAS em  
(A) I, III e IV.  
(B) I e III.  
(C) III.  
(D) II e IV.  
(E) II e III.
96. Com relação a equiparação salarial é correto afirmar:  
(A) Não é possível a equiparação de trabalho intelectual, tendo em vista que este possui critérios subjetivos impossíveis de serem avaliados.  
(B) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego.  
(C) A equiparação salarial só é possível se empregado e paradigma exercem a mesma função, possuindo seus cargos a mesma denominação.  
(D) Para efeito de equiparação salarial é necessário que empregado e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, ou seja, não tenham tido seu contrato de trabalho rescindido.  
(E) Na equiparação salarial a prescrição é parcial, tendo em vista que a lesão se renova mês a mês.
97. A empresa X pretende contratar aprendizes e, sendo assim, está entrevistando diversas pessoas. Após o período de entrevistas foram selecionados para a contratação João, com vinte e dois anos de idade; Paulo, com vinte e três anos de idade; Douglas com treze anos de idade; Débora, com dezesseis anos de idade; Mário, com dezoito anos de idade e Maria, com vinte e um anos de idade. Neste caso, dentre os selecionados, de acordo com a Consolidação das Leis do

Trabalho, com relação à idade, poderão ser contratados como aprendizes

- (A) Débora, Mário e Maria, apenas.
- (B) Douglas, Débora e Mário, apenas.
- (C) Débora e Mário, apenas.
- (D) João, Paulo, Débora, Mário e Maria, apenas.
- (E) todos os candidatos.

98. O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –FGTS reunir-se-á ordinariamente a cada

- (A) trimestre, sendo que seus representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução uma única vez.
- (B) bimestre, sendo que seus representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução uma única vez.
- (C) bimestre, sendo que seus representantes terão mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (D) trimestre, sendo que seus representantes terão mandato de três anos, vedada a recondução.
- (E) bimestre, sendo que seus representantes terão mandato de três anos, vedada a recondução

99. É considerada hipótese de suspensão do contrato de trabalho, quando o empregado

- (A) deixa de comparecer ao serviço por três dias consecutivos em razão de casamento.
- (B) deixa de se apresentar ao serviço, pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer em juízo.
- (C) se afasta de seu serviço para desempenho de encargo público.
- (D) deixa de comparecer ao serviço para realizar, comprovadamente, exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- (E) se encontra no gozo de férias.

100. Considere as assertivas abaixo a respeito do Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho.

I. O Acordo Coletivo de Trabalho é realizado entre o sindicato da categoria profissional, de um lado, e o sindicato da categoria econômica do outro.

II. Inexistindo sindicato numa base territorial, assumem a negociação para a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, as Confederações e, na falta destas, assumem as Federações.

III. Não é permitido estipular duração de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho superior a dois anos.

IV. As Convenções Coletivas de Trabalho não possuem a obrigatoriedade de conter disposições sobre o processo de prorrogação de seus dispositivos, em razão da existência de norma legal específica sobre este tema.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II.
- (E) III.

101. Considere as assertivas abaixo a respeito dos Embargos à Execução.

I. Garantida a execução pela penhora, pela fiança ou pelo depósito, os Embargos à Execução poderão ser apresentados pelo executado no prazo de cinco dias.

II. Havendo penhora, o prazo para apresentação dos Embargos à Execução, para o executado, será contado a partir da juntada aos autos do auto de penhora.

III. Em regra, na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecado, que os remeterá ao juízo deprecante, para instrução e julgamento.

IV. O Embargos à Execução quando interpostos, em regra, suspendem o andamento do feito, não sendo, portanto, autuados em apenso.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e IV.

102. Joana teve a sua residência penhorada em processo trabalhista no qual não é parte, não sendo sócia, ex-sócia, proprietária e nem parente de proprietário da empresa reclamada. Assim, pretende interpor Embargos de Terceiro. Neste caso, considerando que o processo já transitou em julgado, encontrando-se em fase de execução, Joana poderá interpor os referidos Embargos no prazo de

(A) oito dias, contados da data da ciência da penhora de seu imóvel, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.

(B) até dez dias após a arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o

embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.

(C) até cinco dias após a arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.

(D) até cinco dias após a arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no prazo de dez dias.

(E) oito dias, após a arrematação, adjudicação ou remição, independentemente da assinatura da respectiva carta, sendo que, recebidos os Embargos, o embargado será intimado para contestá-los no mesmo prazo.

103. O Procurador Geral do Trabalho, terá mais de trinta e cinco anos de idade e cinco anos na carreira, e será nomeado pelo

(A) Procurador Geral da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores.

(B) Procurador Geral da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto individual, obrigatório e secreto, pelo Colégio de Procuradores.

(C) Procurador Geral da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, obrigatório e

aberto, pelo Colégio de Procuradores.

(D) Presidente da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores.

(E) Presidente da República, e escolhido entre membros da instituição, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, obrigatório e aberto, pelo Colégio de Procuradores.

104. As Comissões de Conciliação Prévia no âmbito da empresa serão compostas de no mínimo

(A) dois e, no máximo, dez membros que terão mandato de um ano, vedada a recondução.

(B) dois e, no máximo, dez membros que terão mandato de um ano, permitida uma recondução.

- (C) três e, no máximo, onze membros que terão mandato de um ano, vedada a recondução.  
(D) três e, no máximo, onze membros que terão mandato de um ano, permitida a recondução.  
(E) três e, no máximo, onze membros que terão mandato de dois anos, vedada a recondução.

105. Com relação a Ação de Cumprimento é correto afirmar:  
(A) É pressuposto necessário para a propositura da Ação de Cumprimento o trânsito em julgado da sentença normativa.  
(B) Em regra, a competência para processar e julgar a Ação de Cumprimento é do Tribunal Regional do Trabalho que proferiu a decisão a ser cumprida.  
(C) Em regra, a competência para processar e julgar a Ação de Cumprimento é do Tribunal Superior do Trabalho em razão da natureza jurídica desta ação.  
(D) A Ação de Cumprimento deverá ser instruída necessariamente com a certidão da decisão coletiva.  
(E) A legitimação para a propositura da Ação de Cumprimento é exclusiva dos sindicatos, tendo em vista a natureza jurídica coletiva da demanda.

106. Ada, Jaqueline, Marcela, Alexandre, Michele e João foram dispensados sem justa causa pela sua empregadora, a empresa X. Todos ingressaram com a respectiva Reclamação Trabalhista, sendo que o valor da causa da reclamação trabalhista de Ada é R\$ 18.000,00; de Jaqueline é R\$ 23.250,00; de Marcela é R\$ 27.000,00; de Alexandre é R\$ 9.300,00; de Michele é R\$ 9.200,00 e de João é R\$ 7.000,00. Dessa forma, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, estão sujeitos ao procedimento sumaríssimo apenas as demandas propostas por  
(A) Ada, Alexandre, Michele e João.  
(B) Ada, Jaqueline, Alexandre, Michele e João.  
(C) todos os ex-empregados.  
(D) Alexandre, Michele e João.  
(E) Michele e João.

107. Quanto ao empregado doméstico, considere:  
I. É permitido ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado doméstico por fornecimento de vestuário.  
II. Em nenhuma hipótese poderá o empregador doméstico efetuar desconto no salário do empregado doméstico por fornecimento de moradia.  
III. As despesas pelo fornecimento de alimentação e higiene não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração do empregado para quaisquer efeitos.  
IV. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.  
Está correto o que consta APENAS em  
(A) II e III.  
(B) I, II e III.  
(C) III e IV.  
(D) I e IV.  
(E) II, III e IV.

108. Hipoteticamente, considere que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura de São Paulo, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contrataram de forma irregular, por meio de empresa interposta, trabalhador terceirizado. Neste caso, tal contratação  
(A) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE.  
(B) gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.

- (C) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE e o CNPq.  
(D) gerará vínculo de emprego apenas com o ECT e o CNPq.  
(E) não gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.

109. No que concerne ao trabalho temporário, analise:  
I. Empresas do mesmo grupo econômico não podem manter empresa de trabalho temporário para atender às demandas de suas co-irmãs.  
II. O prazo máximo de duração do contrato celebrado entre a tomadora e fornecedora de mão-de-obra, em relação a um mesmo empregado é, em regra, de noventa dias.  
III. É permitida a contratação de estrangeiro sob a modalidade de contrato de trabalho temporário quando portador de visto provisório no País.  
IV. Em regra, ao trabalhador temporário é assegurado, dentre outros direitos, adicional noturno, aviso prévio e o salário-maternidade.  
Está correto o que consta APENAS em  
(A) I, II e III.  
(B) I e II.  
(C) II, III e IV.  
(D) I e IV.  
(E) II e IV.

110. A empresa privada Amarílis cessou suas atividades pagando indenização simples para seus funcionários. A empresa privada Violeta cessou suas atividades pagando indenização em dobro para seus funcionários. Nestes casos, o pagamento da indenização  
(A) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Amarílis, o direito ao aviso prévio.  
(B) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Violeta, o direito ao aviso prévio.  
(C) exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.  
(D) não exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.  
(E) só excluirá o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio se o pagamento da indenização ocorrer até o quinto dia útil do mês seguinte à cessação das atividades.

111. Com relação às Convenções Coletivas de Trabalho e aos Acordos Coletivos de Trabalho, é INCORRETO afirmar:  
(A) Não prorrogada a Convenção Coletiva de Trabalho, os seus efeitos não se estenderão aos contratos individuais firmados após seu termo.  
(B) As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho são instrumentos formais e solenes, devendo ser necessariamente lançados por escrito e submetidos à divulgação pública.  
(C) Não é permitida a estipulação de Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho com duração superior a dois anos.  
(D) Os reajustes salariais previstos em norma coletiva de trabalho não prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial.  
(E) No acordo coletivo de trabalho é necessária a presença do sindicato no pólo empresarial de contratação, obedecendo-se o princípio da legalidade e da isonomia.

112. No que se refere à estabilidade, analise:

I. A estabilidade provisória do cipeiro constitui, além de uma vantagem pessoal, uma garantia para as atividades dos membros da CIPA.

II. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

III. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não subsiste a estabilidade do dirigente sindical.

IV. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e IV.

(D) I, II e IV.

(E) III e IV.

113. Raimunda é garçonete no restaurante do TIO TITO e recebe, além do seu salário mensal, gorjetas fornecidas espontaneamente pelos clientes. Neste caso, as gorjetas

(A) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para as parcelas de aviso-prévio.

(B) não integram a remuneração de Raimunda, uma vez que não são cobradas pelo empregador na nota de serviço, mas fornecidas espontaneamente pelos clientes.

(C) integram a remuneração de Raimunda e servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.

(D) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para o repouso semanal remunerado.

(E) integram a remuneração de Raimunda, mas não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.

114. Considere:

I. A reclamação trabalhista A tem como partes Maria e sua ex-empregada doméstica Ursula.

II. A reclamação trabalhista B tem como partes a micro-empresa SAPO e seu ex-empregado João.

III. A reclamação trabalhista C tem como partes a sociedade anônima RATO e seu ex-empregado Domingos.

IV. A reclamação trabalhista D tem como partes a empresa privada ROMA e sua ex-funcionária Vânia.

Para se fazerem representados em audiência, o preposto deverá ser necessariamente empregado do(a) reclamado(a) APENAS nas demandas indicadas em

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) III e IV.

(D) II e III.

(E) I, III e IV.

115. No que diz respeito à Ação de Cumprimento, considere:

I. É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.

II. Proceder ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face da sentença normativa, na qual se louvava ter sido modificada em grau de recurso.

III. Há legitimidade concorrente para a propositura da ação de cumprimento, uma vez que tanto o sindicato quanto os empregados poderão propô-la.

IV. A competência para processar e julgar ação de cumprimento é, em regra, do Tribunal Regional do Trabalho de competência do local da prestação do serviço.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I e III.

(C) II, III e IV.

(D) I e IV.

(E) II e III.

116. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, na hipótese de interposição, APENAS, de recursos

(A) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(B) ordinário e de agravo de petição, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(C) ordinário e de revista, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(D) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(E) de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

117. Considere:

I. Dissídio individual com decisão contrária à Fazenda Pública, com conseqüente condenação correspondente a R\$ 35.000,00.

II. Dissídio individual com decisão contrária à Fazenda Pública mas em consonância com orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

III. Ação rescisória com decisão proferida pelo juízo de primeiro grau desfavorável ao ente público condenando a Fazenda Pública em R\$ 25.000,00.

IV. Mandado de segurança em matéria trabalhista no qual figura, na relação processual, pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem.

Estão obrigatoriamente sujeitas ao duplo grau de jurisdição as demandas indicadas APENAS em

(A) I e III.

(B) I, II e III.

(C) II e IV.

(D) II, III e IV.

(E) II e III.

118. A competência originária para apreciar e julgar mandado de segurança impetrado em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região é

(A) do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho.

(B) do próprio Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

(C) da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) do Supremo Tribunal Federal.

(E) da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.

119. Considere as assertivas abaixo a respeito do pressuposto recursal específico do prequestionamento:

I. Em regra, diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.

II. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

III. O prequestionamento só é exigível em recurso de natureza extraordinária, como o recurso de revista e os embargos para a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

IV. Deve-se exigir o prequestionamento quando a violação à disposição literal de lei surge no próprio acórdão impugnado pelo recurso de revista.

Está correto o que consta APENAS em

(A) III e IV.

(B) I e II.

(C) II, III e IV.

(D) I, II e III.

(E) II e III.

120. Com relação ao mandato e ao substabelecimento, é correto afirmar:

(A) O advogado sem procuração poderá propor reclamação trabalhista a fim de evitar a decadência de direitos, devendo, no entanto, exibir o instrumento do mandato no prazo improrrogável de 90 dias.

(B) É inválido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.

(C) São inválidos os atos praticados pelo substabelecido, se não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

(D) Existindo previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato terá validade, inclusive se anexado ao processo após o aludido prazo.

(E) Considera-se irregular a representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecido.

121. A notificação presume-se recebida

(A) na data da assinatura do aviso de recebimento.

(B) na data de sua expedição.

(C) em 48 horas da data de sua postagem.

(D) na data da juntada aos autos do aviso de recebimento.

(E) três dias após a juntada aos autos do aviso de recebimento.

122. Considere as seguintes assertivas a respeito da Jornada de Trabalho:

I. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário, no registro de ponto, não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

II. Os diretores e chefes de departamento ou filial estão sujeitos ao regime da jornada de trabalho prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, fazendo jus ao recebimento das horas extras laboradas.

III. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno será computado na jornada de trabalho, exceto, quando o empregador fornecer a condução, independentemente de tratar-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II.

(E) II e III.

123. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação à rescisão do contrato de trabalho pelo empregador em decorrência de falta grave praticada pelo empregado, é correto afirmar que

(A) o ato lesivo da honra praticado contra o empregador constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, inclusive em caso de legítima defesa própria.

(B) a indisciplina no serviço diz respeito ao descumprimento de ordens pessoais de serviço específico.

(C) a incontinência de conduta está ligada ao desregramento do empregado no tocante à vida sexual.

(D) a condenação criminal do empregado constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado.

(E) a ofensa física praticada contra o empregador constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho, inclusive em caso de legítima defesa de outrem.

124. Quando o salário mínimo mensal do empregado à comissão ou que tenha direito a percentagem for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á

(A) sempre garantido o mínimo, sendo, porém, permitido desconto em mês subsequente a título de compensação, até o limite de 50% do salário mínimo vigente.

(B) garantido o salário mínimo somente em algumas hipóteses, sendo permitido desconto em mês subsequente a título de compensação, até o limite de 50% do salário mínimo vigente.

(C) garantido o mínimo somente em algumas hipóteses, sendo vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.

(D) sempre garantido o mínimo, sendo, porém, permitido desconto em mês subsequente a título de compensação, até o limite de 25% do salário mínimo vigente.

(E) sempre garantido o salário mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.

125. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às Férias, é correto afirmar que

(A) o empregado que tiver de 5 a 14 faltas injustificadas durante o período aquisitivo terá direito de gozar 18 dias corridos de férias.

(B) o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 60 dias subsequentes à sua saída não terá direito a férias.

(C) sempre que as férias forem concedidas após o período concessivo deverão, em regra, ser pagas com acréscimo de 50%.

(D) as férias, em qualquer hipótese, poderão ser concedidas em 2 períodos, porém, um deles não poderá ser inferior a 7 dias corridos.

(E) a concessão das férias será participada, por escrito ou verbalmente, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 15 dias.

126. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei, é vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia,

(A) somente titulares, até o final do mandato.

(B) titulares e suplentes, até o final do mandato.

(C) titulares e suplentes, até um ano após o final das eleições.

(D) titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato.

(E) somente titulares, até um ano após o final do mandato.

127. As Convenções Coletivas de Trabalho

- (A) poderão, excepcionalmente, ser celebradas verbalmente, como ocorre com o contrato de trabalho, sendo uma faculdade a celebração por escrito.
- (B) são os pactos entre uma ou mais empresas com o sindicato da categoria profissional, em que são estabelecidas condições de trabalho, aplicáveis a essas empresas.
- (C) só poderão ser celebradas pelos Sindicatos, por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos.
- (D) não poderão ser celebradas com estipulação de duração superior a um ano, sob pena de nulidade, que poderá ser requerida por qualquer interessado.
- (E) poderão, em regra, limitar direitos indisponíveis dos trabalhadores, considerados individualmente.

128. Em relação ao Contrato Individual de Trabalho, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, bem como entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- (B) considera-se empregador a empresa que, não assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação de serviço.
- (C) considera-se empregado toda pessoa jurídica que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- (D) equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, as instituições de beneficência que admitirem trabalhadores como empregados.
- (E) considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

129. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando ocorrer violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal caberá

- (A) Recurso de Revista, no prazo de 8 dias.
- (B) Embargos, no prazo de 8 dias.
- (C) Recurso de Revista, no prazo de 15 dias.
- (D) Embargos, no prazo de 15 dias.
- (E) Agravo de Petição, no prazo de 8 dias.

130. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação à Liquidação de Sentença é correto afirmar:

- (A) Na liquidação de sentença exequenda pode-se modificar, ou inovar a sentença liquidanda, bem como discutir matéria pertinente à causa principal.
- (B) As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.
- (C) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz abrirá às partes prazo sucessivo de 5 dias para impugnação fundamentada.
- (D) Em regra, utiliza-se a liquidação por arbitramento quando haja necessidade de provar fatos novos.
- (E) Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz abrirá às partes prazo sucessivo de 8 dias para impugnação fundamentada.

131. Considere as seguintes assertivas a respeito do Procedimento Sumaríssimo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho:

- I. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- II. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- III. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

132. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o juiz ou presidente do Tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas, ou, em se tratando de pagamento em dinheiro,

- (A) excluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em vinte e quatro horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- (B) incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em vinte e quatro horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- (C) excluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em quarenta e oito horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- (D) incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em quarenta e oito horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.
- (E) incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em cinco dias, ou garanta a execução, sob pena de penhora.

133. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às custas no Processo Trabalhista é correto afirmar:

- (A) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
- (B) Nos dissídios individuais do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1% sobre o valor da condenação.
- (C) Nos dissídios coletivos, em regra, não haverá responsabilidade solidária das partes vencidas pelo pagamento das custas.
- (D) Nos dissídios individuais do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 3% sobre o valor da condenação.
- (E) Não são isentos do pagamento de custas as autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais, que não explorem atividade econômica.

134. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, os Embargos à Execução

- (A) deverão ser julgados de plano, não se admitindo instrução probatória, sendo vedada a realização de audiência para produção de provas.
- (B) poderão ser opostos pelo executado no prazo de 10 dias, quando garantida a execução ou penhorados os bens.
- (C) admitirão ampla matéria de defesa, podendo o exequente aduzir qualquer alegação referente à lide em questão.

(D) poderão ser opostos pelo executado no prazo de 15 dias, quando garantida a execução ou penhorados os bens.

(E) serão julgados na mesma sentença que as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

135. Considere as seguintes assertivas a respeito da Decisão no Processo Trabalhista:

I. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecurável, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

II. Nas decisões cognitivas ou homologatórias é facultada a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado.

III. Existindo na decisão evidentes erros de cálculo, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, *ex officio*, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II.

(D) II e III.

(E) III.